

PROGRAMA ESTADUAL DE FOMENTO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Juliana Arnaut de Santana¹
Dalton Siqueira Pitta Marques²

1 INTRODUÇÃO

Com a finalidade de normatizar a atuação do estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEDECTI), foi instituído por meio do Decreto n°. 54.654, de 7 de agosto de 2009, o Programa de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais do Estado de São Paulo.

O programa permite que o estado, por meio da SEDECTI, estimule o aumento da competitividade da economia paulista, o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, apoiando as micro, pequenas e médias empresas paulistas (MPMEs) e, dessa forma, aumente os níveis de emprego e renda, reduzindo as desigualdades regionais e promovendo o desenvolvimento, por meio da sua Coordenadoria de Desenvolvimento Regional e Territorial (CDRT).

Um Arranjo Produtivo Local (APL) se caracteriza como uma concentração geográfica de empresas, principalmente micro, pequenas e médias, de um mesmo setor ou cadeia produtiva, as quais, sob uma estrutura de governança comum, cooperam entre si e com entidades públicas e privadas. A cultura de cooperação, interação e aprendizagem nos APLs contribui para a organização das empresas de determinada cadeia produtiva, de forma a permitir o crescimento individual e coletivo destas por meio de ganhos de competitividade.

Os APLs são, assim, instrumentos de desenvolvimento industrial descentralizado, porém, integrado, uma vez que tem como benefício visão que incorpora a empresa ao setor e/ou à cadeia produtiva, permitindo estabelecer pontes entre o território e as atividades econômicas. Como outro benefício, a atuação em APLs promove maior ganho de escala das políticas para as MPMEs, potencializando as políticas de promoção do aprendizado, inovação e capacitação.

1. Diretora técnica III, responsável pelo Programa de Fomento aos APLs da Coordenadoria de Desenvolvimento Regional e Territorial (CDRT) da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo (SEDECTI).

2. Gerente de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico da Fundação Instituto Polo Avançado de Saúde (Fipase) de Ribeirão Preto-SP.

O público-alvo do programa são as micro, pequenas e médias empresas, os municípios paulistas, os órgãos e as entidades públicas e privadas sem fins lucrativos. Os objetivos principais do Programa Estadual de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais, são: *i*) descentralização do desenvolvimento produtivo; *ii*) desenvolvimento das cadeias paulistas; *iii*) aumento da competitividade das micro, pequenas e médias empresas e o empreendedorismo, baseado na interação e na cooperação.

O estado tem sob sua responsabilidade promover o fomento das cadeias produtivas, como também validar mecanismos para condução de política pública direcionada aos APLs, reconhecendo-os como instrumento de desenvolvimento econômico integrado.

Nesse sentido, cabe ao estado apoiar projetos de desenvolvimento produtivo local e regional voltados para gestão empresarial, inovação tecnológica, pesquisa e desenvolvimento (P&D), suporte tecnológico, capacitação e treinamento, acesso a mercados e sustentabilidade ambiental, que beneficiem toda a cadeia produtiva. Nestes projetos o estado está autorizado a transferir recursos financeiros destinados à cobertura das seguintes despesas: obras de infraestrutura em imóvel de propriedade do município ou da entidade conveniada; aquisição de equipamentos, maquinários, mobiliários e *softwares*; programas de capacitação, de treinamento e de transferência de tecnologia; e estudo de viabilidade técnica e econômica para subsidiar a implantação dos projetos referidos nos incisos anteriores. Frisa-se, ainda, que a solicitação encaminhada deverá estar em sintonia com as expectativas e as principais demandas da governança da localidade, existindo, inclusive, compromisso por parte dos empresários e de toda a governança para concretização do projeto.

Como instância estratégica e técnica para a operacionalização do programa, é de responsabilidade da Rede Paulista de APLs identificar os arranjos produtivos locais paulistas de acordo com critérios técnicos; dar suporte técnico e metodológico à execução do Programa Estadual de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais; articular os instrumentos de apoio ao desenvolvimento dos APLs; elaborar um plano de metas e investimentos nos APLs, a fim de orientar a atuação do estado; manifestar-se previamente sobre projetos de desenvolvimento produtivo local e regional que demandem a participação do estado; e controlar, acompanhar e avaliar o Programa Estadual de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais.

Sob a coordenação da SEDECTI, participam da Rede Paulista de APLs o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-SP) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), entidades com grande experiência em APLs no que se refere ao incremento da gestão, processo e produtos nos APLs e representação do setor produtivo das micro e pequenas empresas paulistas sendo, portanto, capazes de exercitar a interface entre o setor produtivo e a atuação do estado, garantindo a execução eficiente do programa.

A SEDECTI investiu, entre 2009 e 2014, mais de R\$ 7 milhões em recursos a fundo perdido para investimento em 24 projetos voltados às cadeias produtivas. Além disso, está vigente desde 2008, o Programa de Melhoria da Competitividade das Empresas em APLs, que envolve recursos da ordem de US\$ 10 milhões em empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ao governo do estado para ações em quatorze APLs.

2 CASES DE SUCESSO: APLS DA SAÚDE E DE SOFTWARE DE RIBEIRÃO PRETO

A região de Ribeirão Preto, cidade do interior paulista com aproximadamente 650 mil habitantes, apresenta dois APLs com histórias um pouco distintas, mas ambos com ações do Programa de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais do Estado de São Paulo, que tiveram como entidade parceira a Fundação Instituto Polo Avançado de Saúde (Fipase), uma instituição de ciência e tecnologia mantida pela prefeitura municipal. Além de atuar junto à governança dos APLs, a Fipase é gestora do Supera Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto (Fipase, 2014).

A primeira ação do programa no município ocorreu em 2009 e envolveu o APL da saúde, anteriormente tratado como APL EMHO, por incluir somente as indústrias de equipamentos médico-hospitalares e odontológicos. A história deste APL remete ao ano de 2002, quando foi criado o consórcio de exportação *Brazilian Health Products* (BHP), que nasceu por uma iniciativa de empresários da região, para elevar a participação internacional de suas empresas. Ele contou com apoio inicial do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) e do Sebrae, ao qual se somaram, posteriormente, a Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios (Abimo) e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX). A média de crescimento das exportações das doze empresas participantes durante a vigência do projeto, que se encerrou em 2005, foi de 86% ao ano. Os resultados positivos não foram suficientes para manter as empresas trabalhando conjuntamente: julgaram que, estruturadas, poderiam prosseguir sozinhas no mercado internacional (contando com apoios pontuais do projeto setorial integrado da APEX, em parceria com a ABIMO, derivado da experiência do BHP).

Empresários do setor, especialmente os micro e pequenos, voltaram a se unir alguns anos depois, desta vez com fins regulatórios: era necessário adequar seus processos produtivos às exigências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que tornava compulsória a implantação das Boas Práticas de Fabricação (BPF). Foi criado um plano de treinamentos e consultorias, que contemplava, ainda, oficinas de cultura de cooperação. À época, cientes de que as ações coletivas têm potencial para alavancar a competitividade das empresas e devem ser empreendidas não apenas de maneira reativa (para lidar com restrições do ambiente de negócios), Sebrae e Fipase assinaram um acordo de resultados de modo que, para receber apoio à certificação BPF, as empresas precisariam trabalhar conjuntamente e esquecer animosidades advindas da competição.

A partir desse trabalho, começaram a surgir algumas ações cooperativas entre as empresas e ficou evidente que o maior gargalo do setor estava em aspectos regulatórios e tecnológicos. O setor de saúde impõe uma série de normas que devem ser seguidas pelas empresas para garantir a segurança de pacientes e profissionais que manuseiam equipamentos e insumos. Por isso, parte considerável dos produtos das indústrias deve passar por testes de qualidade para receber certificados que permitam sua comercialização. Ao mesmo tempo, é cada vez maior o *deficit* da balança comercial brasileira no setor, um indicativo de que produtos nacionais estão em desvantagem tecnológica quando comparados aos internacionais (Landim *et al.*, 2013, p. 186). Foi considerando-se esses dois aspectos que, em 2009, foi proposto pela Fipase, junto à SEDECTI, o projeto para implantação do Centro de Desenvolvimento e Inovação Aplicada em Equipamentos Médico-Hospitalares e Odontológicos (Cedina) que, atualmente, é denominado Supera Centro de Tecnologia.

Esse centro de tecnologia foi criado com o intuito de estimular a competitividade tecnológica das empresas, por meio da oferta de serviços tecnológicos que envolvam ensaios, avaliação de produtos, testes de qualidade e projetos de produtos para a saúde. O projeto inicial custou aproximadamente R\$ 650 mil, sendo perto de R\$ 300 mil o investimento da secretaria em máquinas e equipamentos laboratoriais e, o restante, contrapartida da Fipase. O centro de tecnologia entrou em operação em 2010 e, devido a recursos captados pela Fipase junto a outras entidades – como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – e ao meio empresarial, a infraestrutura foi ampliada nos anos seguintes. Hoje, instalado no Parque Tecnológico, o centro possui os seguintes laboratórios para desenvolvimento e testes: ultrassom; elétrico; mecânico; químico; e ótico. Além disso, está em implantação um laboratório de compatibilidade eletromagnética – com recursos do BID em convênio com a SEDECTI – e outro de raio-X – com recursos do Ministério da Saúde (MS).

O desafio do centro de tecnologia é, atualmente, criar serviços que atendam também às demais empresas do APL da saúde, e não apenas às de equipamentos médico-hospitalares e odontológicos (EMHO). Conforme comentado acima, se inicialmente trabalhava-se o APL EMHO, hoje trabalha-se o APL da saúde, já que foram incorporados os setores de fármacos e biotecnologia e cosméticos e saúde animal, resultando, inclusive, na criação de uma associação (denominada justamente como APL da Saúde) dessas empresas em 2014, que permitiu melhor interlocução com o meio empresarial e mais iniciativa dos empresários para condução de ações coletivas. Juntos, esses setores somam aproximadamente duzentas empresas e empregam mais de cinco mil pessoas na região.

Se o APL da saúde teve a criação de uma associação empresarial, que significa uma participação mais ativa dos empresários na governança, somente depois de mais de dez anos de trabalhos, no setor de *software*, o reconhecimento como APL veio depois de anos de existência de uma associação empresarial. Essa associação, denominada Polo Industrial de *Software* da região de Ribeirão Preto (Piso), foi criada em 2004 e possui quase cinquenta associados (estima-se em cem o número de empresas do setor na região). São empresas desenvolvedoras de *software*, sobretudo de sistemas de gestão usados em diferentes segmentos de negócios, de atacadistas a hospitais, passando por prefeituras.

Também um fator restritivo foi o principal motivo aglutinador das empresas: a alíquota de imposto sobre serviços (ISS), aplicada às empresas de *software*. A mobilização dos empresários conseguiu com a prefeitura municipal a redução da alíquota e o resultado serviu para conscientizá-los de que trabalhar conjuntamente poderia melhorar a competitividade das empresas. Outras ações se seguiram: *workshops* de aprimoramento, cursos para funcionários, pesquisas salariais etc. (Piso, 2014). Uma das evidências do grau de organização do setor está no grande número de empresas com certificação MPS.BR (Melhorias de Processo do *Software* Brasileiro): aproximadamente trinta. As ações coletivas das empresas e a interação com Fipase, Sebrae e CIESP, no sentido de se pensar políticas de desenvolvimento no setor, resultaram no reconhecimento, em 2013, do APL de *software* de Ribeirão Preto.

A partir desse reconhecimento e das discussões sobre o desenvolvimento do setor, identificou-se que o maior gargalo estava na formação de pessoal, problema que se repete em outras regiões do país e que levou a Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (Softex, 2012) a falar em apagão de mão de obra especializada na área de Tecnologia da Informação (TI). Mesmo a região possuindo oito instituições de ensino superior com cursos relacionados a TI, o número de formados era insuficiente para atender

às empresas, que vêm crescendo a uma média de 20% ao ano. Além do mais, por vezes, as instituições de ensino não são capazes de manter a velocidade das inovações no setor de *software*; ao final de quatro anos de estudo, um graduado pode chegar ao mercado de trabalho já sem conhecer todas as tecnologias vigentes. Além disso, formações mais específicas não cabem de ser oferecidas em faculdades, mas sim em cursos de curta duração. É preciso considerar, ainda, que o investimento para cursar uma graduação é elevado, tanto em termos financeiros quanto de tempo, o que torna essa formação superior inacessível a alguns.

Nesse contexto é que foi criado o projeto do Centro de Capacitação Profissional em *Software*, uma parceria da Fipase com o Piso e a SEDECTI. Implantado no Supera Parque, o centro de capacitação contou com investimento de aproximadamente R\$ 130 mil da secretaria, com contrapartidas de R\$ 230 mil dos demais parceiros. O centro de capacitação, que entrou em operação em 2014, conta com infraestrutura para instrução de vinte profissionais a cada turma. O custeio é de responsabilidade do Piso e seus associados, mas vem recebendo apoio, também, do Sindicato das Empresas de Processamento de Dados e Serviços de Informática do Estado de São Paulo (SEPROSP). Na primeira turma, já finalizada, foram formados dezessete profissionais, todos absorvidos pelas empresas.

O centro de capacitação torna-se um indutor de desenvolvimento, não só por contribuir para a formação de mão de obra qualificada e bem-remunerada (o salário médio dos profissionais das empresas associadas ao Piso, em 2012, era de R\$ 3.700), mas também por atuar na formação de menores aprendizes e portadores de necessidades especiais (projetos em estruturação). Os cursos são voltados para linguagens de programação, como Java e C#, mas também abordam conceitos de postura profissional e gestão de carreira.

3 CONCLUSÃO

A experiência com os APLs da Saúde e de *Software* de Ribeirão Preto mostra que a articulação entre diferentes esferas do poder público, com a participação de entidades empresariais, é positiva para ações de promoção do desenvolvimento regional.

Entre os desafios ainda a serem superados pela SEDECTI está a ampliação do atendimento, incluindo áreas como economia criativa e agronegócio. Além do mais, é preciso disseminar as boas práticas entre os APLs, por meio de encontros que propiciem capacitação e troca de experiência entre gestores. Também é necessário implantar ferramentas que permitam monitoramento do impacto das ações continuamente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº. 54.654, de 7 de agosto de 2009. Institui o Programa Estadual de Fomento aos APLs. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, 2009.

FIPASE – FUNDAÇÃO INSTITUTO PÓLO AVANÇADO DE SAÚDE. **Institucional**. Disponível em <<http://fipase.com.br/pt/>>. Acesso em 10 out. 2014.

LANDIM, A. *et al.* Equipamentos e tecnologias para saúde: oportunidades para uma inserção competitiva da indústria brasileira. **BNDES Setorial**, v. 37, p. 173-226, 2013.

PISO – POLO INDUSTRIAL DE *SOFTWARE* DA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO. **Nossa história**. Disponível em: <<http://www.piso.org.br/institucional/>>. Acesso em: 9 out. 2014.

SOFTEX – ASSOCIAÇÃO PARA PROMOÇÃO DA EXCELÊNCIA DO *SOFTWARE* BRASILEIRO. **Software e serviços de TI: a indústria brasileira em perspectiva**. Campinas: Observatório Softex, 2012.